

Na festa dos oprimidos e explorados

Resenha de:

TRAVERSO, Enzo. *Revolução. 1789-1989: uma outra história.*

Gigi Roggero

*Pesquisador e militante em Bolonha, participa do coletivo Commonware. É autor de vários livros implicados nas lutas europeias, como *La misteriosa curva della reta di Lenin* e *La fabbrica del sapere vivo*.*



Em 1543, o *De revolutionibus orbium coelestium* de Nicolau Copérnico foi publicado pela primeira vez, destinado a virar de ponta cabeça o firmamento Ptolemaico e criar um novo sistema. Em 2011, morreu Steve Jobs, que havia se tornado um ícone global da chamada "revolução" da TI. Neste lapso de tempo acontece a história da *revolução*. Um conceito que na era moderna foi radicalmente transformado pelos processos e eventos da subversão política e social: não mais, no sentido astronômico, um movimento de um corpo em torno de outro; não ainda a inovação das formas de produção, para que o modo de produção e as relações de exploração permaneçam inalterados. Em vez disso, nos referimos ao conceito político de revolução, como uma ruptura da ordem estabelecida, uma "interrupção súbita - e quase sempre violenta - do *continuum* histórico".

É precisamente a história, ou uma "outra história" deste conceito que está corporizada na tarefa empreendida por Enzo Traverso, no livro – *Revolution* (2021)- que é um candidato a se tornar um ponto de referência para o debate sobre o assunto. Uma tarefa que ousamos definir como política e não apenas teórica, realizada de forma corajosa e necessária, pois esse tema parece não ser superado, mas inflacionado. Não é verdade, de fato, que não se fala mais em revolução, como um desses famosos espectros que a classe dominante tem medo até de evocar. Pelo contrário, e é muito pior, fala-se de revolução o tempo todo. Desde os anos 80, na era da contrarrevolução capitalista, a revolução tornou-se uma das palavras mais usadas para indicar qualquer mudança *gattopardesca* feita com o objetivo de que nada mude. A inovação corroeu a revolução, ou como temos escrito em outro lugar: o oposto da inovação não é a conservação, mas, precisamente a revolução.

A luta no tempo

Nesta longa e árdua jornada constelada de imagens, corpos, lugares e eventos simbólicos, Traverso é acompanhado por sua musa inspiracional, Walter Benjamin. Ele é assim animado por uma visão anti-historicista, ou seja, contra a narrativa teleológica característica do marxismo clássico, condensada na imagem ambígua das revoluções



como "locomotivas da história" cunhadas por aquele Karl que também afirmava não ser um marxista. A elaboração crítica do passado é assim, para o autor, a base para repensar radicalmente o presente, para abri-lo à possibilidade do salto do tigre que reativa e vinga o passado. Longe de ser dirigido por qualquer seta, na verdade, "a história é um processo permanente de produção de subjetividade".

Não há linearidade na história das revoluções, não há especularidade ou simetria com a história de seu inimigo: "a temporalidade do capital possui a força de um processo econômico objetivo - o tempo abstrato do mercado e a circulação de mercadorias - enquanto a temporalidade da revolução é subjetiva, descontínua; a primeira é quantitativa e cumulativa, a segunda é qualitativa e imprevisível, enigmática, moldada por acelerações bruscas e períodos de aparente imobilidade". É daqui que precisamos repensar toda a obra de Marx, porque - argumenta o autor - ela é permeada por uma tensão não resolvida entre uma "tentação positivista" de descobrir as leis do movimento do capitalismo e da história, e uma "visão dialética" da própria história como um processo aberto, desprovido de uma direção predeterminada.

Cruzando espaços e continentes, como já mencionado, Traverso identifica a formação e o desenvolvimento do conceito político de revolução, que se tornou tal após os eventos franceses. Já no século anterior, do outro lado do Canal da Mancha, o conceito havia delineado o campo de batalha: substituindo Tiago II por Guilherme III, o parlamento inglês definiu "revolução gloriosa" como uma mudança de regime pacífico e sem derramamento de sangue, para exorcizar a memória sangrenta da revolução como guerra civil, com o povo se dividindo e a cabeça do rei rolando. Depois de ter traumáticamente descarrilado, a história é recolocada em seus trilhos supostamente retos. Afinal, em seu sentido totalmente político e radical, ou seja, chegar às raízes dos existentes para subvertê-los, a revolução é uma guerra civil, ou não é. Guerra e revolução, então: um tema escabroso que hoje deve ser corajosamente reproposto. Não genericamente contra a guerra, mas para a transformação da guerra imperialista em guerra civil revolucionária, esta foi como Lenin tomou pelo avesso esse desafio em 1917. Dito de outra forma: há apenas um processo revolucionário na passagem da fratura do

corpo abstrato do povo para a materialidade irreduzível da parte, ou da universalidade vazia do cidadão para a plena autonomia da classe. A revolução, portanto, é uma ruptura com o interesse geral, com o universalismo humanitário e hipócrita consagrado na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Os escravos revolucionários do Haiti, repetidamente citados no livro, desvelaram definitivamente a aporia desse universalismo.

Traverso tem, entre outros, o mérito de não se entregar a exaltações ideológicas das revoluções: estas, ele escreve, nem sempre são alegres ou emocionantes, nem se pode cantar os louvores românticos do momento constituinte (ou da revolta dos indigentes) como uma alternativa à constituição de uma nova relação social. Historicizando criticamente o comunismo, o autor entra assim na relação problemática e contraditória entre ruptura e regime revolucionário, tomando como sua primeira referência o mês de outubro bolchevique e a URSS. Indo mais fundo na análise do fracasso da experiência soviética, o autor lembra às boas almas de ontem e de hoje que a alternativa ao terror do Čeka não era o reino da liberdade, mas "uma ditadura militar de nacionalistas, proprietários de terras aristocráticas e pogromistas russos". Além disso, com o devido respeito ao terceiro mundismo, é indiscutível que sem a Revolução de outubro, as lutas anticoloniais não teriam acontecido. "Nos anos 20, o anticolonialismo deixou de pertencer à esfera da possibilidade histórica e entrou no campo da estratégia política e da organização militar. A conferência de Baku anunciou esta mudança histórica.

Portanto, não devemos nos assustar com o lema Hobbesiano "*auctoritas, non veritas facit legem*". A política revolucionária, afinal, é luta coletiva junto com a vontade organizada, extensão horizontal do conflito e verticalização das relações de poder, espontaneidade e autoridade, o contrapoder dos soviets e a tomada do Palácio de Inverno, a solidão durante o processo e a ruptura violenta de toda dinâmica evolucionária. O drama do estalinismo não foi a *auctoritas*, mas o retorno à *longue durée* da História. Para isso, o espaço constituinte, ou seja, a luta de classes, foi hipostatizado, embalsamado, enjaulado nos ícones sagrados do heroísmo passado. Como argumentou a vanguarda russa, "a revolução não era para criar museus, era para

destruí-los". Em vez disso, a própria revolução acabou no museu, junto com o corpo de Lênin. "Temo que uma coroa em sua cabeça / possa esconder sua testa / tão humana e genial, / tão verdadeira. Sim, temo / que procissões e mausoléus, / com a regra fixa da admiração, / turvarão de incenso ácido / a simplicidade de Lenin; temo, / como se teme pelo pupilo do olho, / que ele seja distorcido / pelas belezas suaves do ideal". Era 1924, as palavras são de Maiakovski. O profeta não é aquele que prediz o futuro: ele é aquele que vê nas ondulações da realidade o que os outros nem podem imaginar, ele é aquele que tem a coragem de dizer o que os outros não querem ouvir. Aqui, de um Vladimir para outro, está a encarnação de uma profecia revolucionária.

De 1789 a 1989, e de volta

Os limites de tempo estabelecidos no subtítulo do livro, 1789-1989, poderiam ser tomados como os dois eventos simbólicos da mudança do conceito de revolução. Se já falamos da primeira transformação, a segunda é a da contrarrevolução capitalista. "O capitalismo", explica Traverso, "não ganhou graças a seus arsenais militares, ganhou porque conseguiu moldar nossas vidas e nosso hábito mental, porque conseguiu se impor como um modelo antropológico, como uma 'forma de vida'". Para derrotar a revolução, o capital precisava - nas palavras de Joseph de Maistre - de uma revolução ao contrário: daí, desde os anos 80, o triunfo da inovação. Um novo que cheira terrivelmente o antigo regime. Se 1789 abriu o caminho para a hegemonia burguesa, 1989 a restaurou. Não basta decapitar o passado se não se tem a força para decapitar o futuro.

1989 também enfatiza a união indissolúvel do progresso e da democracia. Aqui tocamos uma questão espinhosa, que o livro não aborda: as revoluções nunca são democráticas. As revoluções, de fato, são processos que são agidos em primeiro lugar por uma minoria não-minoritária e, no conflito, provocam uma politização ampliada do próprio lado. A democracia, por outro lado, ao convocar a maioria para se expressar sobre uma soberania que não lhe pertence, é uma máquina de despolitização. A democracia é, poderíamos dizer, a forma política de antipolítica. No centro da revolução

está a ação do partido, no centro da democracia está a passividade das massas. Parafrazeando Tronti: a revolução não foi derrotada pelo capitalismo, ela foi derrotada pela democracia. Portanto, se não quisermos nadar com a corrente da História (onde a capital indica sua narrativa teleológica), uma tarefa fundamental é a crítica da democracia. Aqui, é indispensável mover-se *em partibus infidelium*, encontrando aliados no grande pensamento conservador, que espreita várias vezes no livro (a este respeito, também recomendamos fortemente a leitura do volume de Traverso *Dialética do Irracionalismo. Lukács entre o nazismo e o estalinismo*). Como nossos pais nos ensinaram, melhor um grande reacionário do que um pequeno revolucionário. Não para defender o passado contra o futuro, é claro. Mas para não defender o futuro contra o passado, na teologia secularizada do progresso iluminista.

Assim, são de pouca utilidade os acadêmicos progressistas. Em um belo capítulo dedicado ao tema dos intelectuais, a crítica de Traverso a Arendt e Foucault é valiosa. Enquanto a primeira é em essência uma teórica liberal, o filósofo francês corre o risco de construir um círculo dialético sem saída entre liberdade e poder, um jogo de soma zero que leva a uma eternização do presente. Ao mau finito marxista de uma tomada de poder que põe fim à história, realizando sua etapa final, Foucault substitui um mau infinito, no qual o processo histórico é privado da possibilidade de ruptura. De forma mais abrangente, o autor analisa a parábola dos intelectuais revolucionários, entre os séculos XIX e XX, até o presente, para os auto empresários do pensamento crítico. Estas não são duas figuras diferentes: são duas figuras opostas. O intelectual revolucionário, de fato, move-se como um vietcongue na selva da sociedade burguesa: ele não busca seu reconhecimento, mas persegue sua destruição.

Dentro e contra a história

Para aprofundar este importante trabalho como ele merece, vamos apontar três problemas, que apenas mencionamos aqui. O primeiro é uma leitura bastante canônica

de Lenin, achatada na teleologia marxista. "Os bolcheviques estavam profundamente convencidos de que estavam agindo de acordo com as 'leis da história'", escreve o autor. Como temos argumentado repetidamente (ver por exemplo "Onde não é o lugar e quando não é a hora", publicado em *Machina* em 18 e 25 de janeiro de 2022), a práxis de Lênin quebra o círculo vicioso de Marx, derrubando as leis do movimento do capital em leis de movimento da luta de classes e da ocasião revolucionária. Lênin não recorreu simplesmente ao "freio de emergência", para usar a imagem benjaminiana, mas contra tudo e todos, contra seu próprio tempo, até mesmo contra o comitê central de seu partido (pensemos nas teses de abril e na própria tomada do Palácio de Inverno), ele percorreu a misteriosa curva da reta revolucionária. Chegando em um vagão blindado na Estação Finlândia em Petrogrado, ele lançou o trem da revolução contra a locomotiva da história. Ele não fez polêmica com os populistas, opondo-se a eles por uma teleologia do desenvolvimento do capital, que entregaria as bandeiras do progresso ao proletariado, levando a História ao palco do socialismo e do comunismo; pelo contrário, contra a utopia romântica do narodniki, ele interpretou o desenvolvimento do capitalismo na Rússia como um fato da realidade, identificando nele as novas contradições específicas e as possibilidades de subversão. Em outras palavras, ele colocou a vontade militante de caminhar e saltar sobre os pés do materialismo histórico. Além disso, o que os Mencheviques e os partidos socialistas da Segunda Internacional nunca perdoarão a Lênin é ter ousado fazer uma revolução onde não era exatamente o lugar e quando não era o momento, ou seja, por ter pulado e quebrado com os estágios de desenvolvimento da teleologia marxista.

O segundo problema que notamos no livro de Traverso é a não consideração - além de algumas pistas fugazes - do processo revolucionário na Itália nas décadas de 1960 e 1970. Não estamos nos referindo apenas ao grande ícone dos 68 globais, ou ao pequeno ícone do "outono quente", mas à análise indispensável dos ciclos de luta das massas operárias e da autonomia dos trabalhadores no sentido mais amplo do termo, de uma revolução que sem dúvida foi derrotada e fracassou, como outras na história, mas foi, no entanto, uma revolução. Ao removê-lo, o autor lê o que ele chama de "comunismo

social-democrata" no cruzamento da história institucional e da história das ideias, sem considerar seu papel, responsabilidades e posicionamento político na materialidade dos processos de luta, composição de classes e subjetivação.

Daí um terceiro problema. O autor não parece marcar qualquer distância, ou melhor, ruptura, entre o comunismo e a esquerda, ou melhor, entre a revolução e a esquerda. Colocamos desta forma: o oposto da direita não é esquerda, mas revolução. E não estamos falando desta esquerda em oposição a uma esquerda imaginária, de forma alguma. Estamos falando da esquerda "*sans phrase*". Porque a esquerda não se tornou isto, mas é ontologicamente isto, progressiva e democrática. Sua constelação é desenhada entre o que vem antes e o que vem depois do conceito político de revolução, misturando os ícones acima mencionados de Copérnico e Emprego, ou seja, o cientificismo e o "inovadorismo". Herdeira daquela 1789, a esquerda é o produto de uma dialética Iluminista toda interna ao desenvolvimento do capital e da sociedade burguesa.

Poder-se-ia argumentar, com razão, que a revolução e o comunismo também não são necessariamente a mesma coisa. E ainda assim, não há comunismo sem revolução; por outro lado, uma revolução que não abole totalmente o atual estado de coisas, que não tenta ir às raízes da civilização em que vivemos a fim de cortá-las, não é uma revolução.

Estes são os muitos insights e programas de pesquisa que este valioso livro nos oferece. Hoje, em meio àqueles que se afogam no testemunho marginal dos vencidos e àqueles que nadam com a corrente dos vencedores, nesta era de linhas retas insignificantes sem curvas e curvas oportunistas sem linhas retas, tentemos refazer a imprecisão da história que Traverso nos conta, para voltarmos a fotografar os relógios que marcam o tempo homogêneo e vazio do presente.